

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFERTADOS PELA ENEL, CAGECE E OPERADORAS DE INTERNET.

Presidida pelo Vereador Lúcio Bruno.

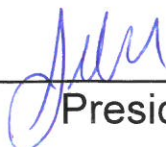
Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, reúne-se a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prestação de Serviços ofertados pela ENEL, CAGECE e operadoras de INTERNET, da Câmara Municipal de Fortaleza, em atendimento a convocação protocolada nesta Casa, pelo Vereador Lúcio Bruno. Presentes os Senhores Vereadores Gabriel Aguiar (PSOL); Adriana Almeida (PT); Adail Júnior (PDT) e Jorge Pinheiro (PSDB) e os Senhores: Luciano Arruda, Diretor da CAGECE; Hamilton Sobreira, representante da OAB; Dra. Eunice Lima, Superintendente Adjunta da ACFOR; Guilherme Gouveia, representante da SEINF; Rodrigo PorDeus, representante da AGEFIS; Águeda Muniz, Diretora de Relações Institucionais da Ambiental Ceará; André Facó, Diretor-Presidente da Ambiental Ceará; Dário Perini, Diretor da CAGECE; Dr. Hugo Vasconcelos Xerez, Promotor de Justiça do DECON; Dr. Airtón Melo, Coordenador Jurídico do PROCON. O Sr. Presidente saúda os presentes e, em seguida, apresenta a metodologia dos trabalhos, destacando que a pauta desta reunião será para apresentação do cronograma das ações, investimentos previstos, prioridades, objetivos e penalidades no contrato da parceria público-privada (PPP) Ambiental Ceará e CAGECE, referente à distribuição de água e esgoto no município de Fortaleza. O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Luciano Arruda, Diretor da CAGECE. O orador apresenta o modelo de parceria estabelecido entre a CAGECE e a empresa Ambiental Ceará, para o município de Fortaleza, discorrendo sobre: Incremento da cobertura e

universalização da água; rede de esgoto com índices menores de cobertura. Em seguida, o orador apresenta breve análise sobre o novo Marco Legal do Saneamento Básico, promulgado em 2020, e a previsão de ações para os próximos anos, estabelecidas por citada lei. Ato contínuo, o orador tece explicações sobre os dados operacionais; metas de cobertura de esgotos; prazos decorridos no contrato da PPP, a partir do novo Marco Legal; CAPEX (Investimentos). Finalizando, o orador apresenta ainda alguns desafios que a empresa Ambiental Ceará enfrenta para adequar os serviços em Fortaleza, em relação ao cronograma de obras. O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. André Facó, Diretor-Presidente da Ambiental Ceará. O orador apresenta suas considerações sobre os desafios na implantação do cronograma, enfatizando que a distribuição de água e esgoto em Fortaleza, requer se debruçar sobre os principais problemas de Saúde Pública, destacando a necessidade de se avançar com a política de educação, saneamento e com a economia dos Municípios pobres, investindo nas famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade, a fim de que citados serviços sejam efetivados no Estado do Ceará. O orador destaca que a empresa Ambiental Ceará atua em mais de 500 municípios brasileiros, observando seus principais indicadores sociais e econômicos, a fim de obter excelência na sua prestação de serviços, lembrando ainda que a parceria público-privado atravessa questões profundas da vida do cidadão, pois trata-se da coletividade, necessitando de ações sociais que atendam o maior número de pessoas, assim como, a conscientização da população na preservação dos açudes e das águas, referindo-se à cidade de Fortaleza. O orador destaca ainda que a nova PPP abrange exclusivamente a Rede de Esgotamento Sanitário do Ceará, enquanto os serviços de água permanecem sob a responsabilidade da CAGECE. Em seguida, o Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Gabriel Aguiar. O orador congratula-se com os presentes, registrando a importância de referido debate. Ato contínuo, o orador questiona quais os mecanismos criados pela empresa, a fim de cumprir as metas estabelecidas, solicitando também esclarecimentos sobre mecanismos usados pela CAGECE, para o controle da perda e desperdício da água, justificando suas colocações. O Vereador Jorge Pinheiro saúda a todos, solicitando informações sobre a publicização do programa

estabelecido pela CAGECE, e por quais motivos citada instituição realiza serviços em ruas já pavimentadas, ocasionando a famosa “quebradeira de asfalto”, dizendo das razões de sua fala. A Vereadora Adriana Almeida congratula-se com os presentes, enfatizando o papel da educação no uso correto da água e o acesso da população periférica aos serviços de água e esgoto. O Sr. Presidente passa a palavra à Dra. Eunice, da ACFOR. A oradora apresenta o papel institucional de referida Agência, enquanto ente reguladora dos serviços, destacando a meta de universalização do saneamento básico às famílias durante os anos estabelecidos pela parceria Cagece e Ambiental Ceará, reafirmando o papel de referidas instituições. O Senhor Rodrigo, da AGEFIS, apresenta suas considerações sobre o assunto, explicando como é realizado a fiscalização nos imóveis de Fortaleza, esclarecendo ainda que a interligação dos esgotos domésticos com a rede de esgoto é obrigação de cada cidadão, justificando suas colocações. O Sr. Guilherme, da SEINF, apresenta sua contribuição à temática em tela, discorrendo sobre a função da Secretaria nas obras de pavimentação e manutenção das ruas, esclarecendo que a SEINF não atende ainda o cronograma da PPP, mas que estão se preparando para isso. Dr Hugo, do DECON, enfatiza a importância de citado encontro, registrando saber que algumas parcerias pelo Brasil são exitosas, outras não, solicitando aos representantes presentes, esclarecimentos, caso não chegue atendimento ou referidos serviços da CAGECE em alguns municípios do Ceará. O orador destaca ainda que o número de reclamações à CAGECE aumentaram muito, nos últimos anos, pelos consumidores de Fortaleza. Dr. Airton, do PROCON, apresenta suas considerações na presente reunião, acostando se às colocações do Dr. Hugo, questionando também sobre as revisões contratuais com a CAGECE, discorrendo sobre os ajustes abusivos e injustificáveis na conta do consumidor. O orador tece ainda vários comentários sobre as solicitações registradas pelos cidadãos, que se encontram em situação social financeira delicada, questionando como tratar citar questão. O orador solicita que seja revisto a situação de consumidores em situação vulnerável, em extrema necessidade econômica, que muitas vezes passam sede em casa, por não poder pagar sua conta, registrando sua fala. Dr Hamilton, da OAB,

faz breve análise daqueles que estão nas periferias da cidade, destacando ser necessário um olhar mais atencioso do poder público, a fim de que observem a falta de saneamento e alimento para essas pessoas, justificando suas colocações. O Sr. Presidente destaca o papel da CAGECE, enfatizando a relação contratual com a Empresa Ambiental Ceará, solicitando esclarecimentos sobre o cronograma, metas, obrigações e punições, caso haja descumprimento. O orador questiona também de onde vai sair o dinheiro para o investimento que a CAGECE vai realizar, e qual a base de cálculo utilizada para o aumento que foi dado na conta do consumidor. O orador informa que a taxa de contingência registrou um saldo excelente a Fortaleza, questionando o que vão fazer com esse saldo e, por fim, solicita esclarecimentos sobre o número alto de reclamações citadas pelo DECON. O Sr. Luciano esclarece sobre o modelo contratual da PPP estabelecido para Fortaleza, através de dois contratos licitatórios, passando a palavra ao Sr. André. O orador informa ter no site da CAGECE todas as metas, critérios e penalidades dos contratos estabelecidos com os municípios, destacando que as regiões mais carentes de Fortaleza também estão previstas em citado site, discorrendo ainda sobre o trâmite do processo de saneamento realizado pela empresa Ambiental Ceará. O orador destaca, mais uma vez, ser uma empresa privada que presta serviço público e esclarece que o cliente não terá a cobrança pela ligação do saneamento, pois está previsto como gratuito, tecendo esclarecimento sobre o assunto. O Sr. Presidente informa que oficiará à CAGECE sobre o aumento da tarifa de 14,39% à população cearense, já que a porcentagem é maior que o aumento da inflação e do salário mínimo. O Sr. Luciano passa a palavra ao Sr. Dr Dário, que discorre sobre a regulação econômica do Estado, que é realizada pela ARCE, destacando que há especificidade em cada região, gerando um módulo de saneamento diferenciado. O orador informa que cada cidade tem seu modelo regulador e por isso vai diferenciar as tarifas cobradas em nosso Estado, tecendo esclarecimento sobre o assunto, dizendo ainda que a revisão do índice não tem influência da PPP, mas que foram revisados os anos passados que não foram reajustados, em razão da pandemia, levando em consideração também os insumos das companhias que sofreram com a guerra da Ucrânia, deixando de ter receitas, justificando suas colocações.

O Sr. Presidente questiona se a CAGECE com esse aumento arrecadará mais de 100 milhões de reais. O Sr. Dário apresenta esclarecimentos sobre o assunto. O Sr. Presidente questiona se em algum momento o saneamento será cobrado mais do que a água. O Sr. Dário esclarece que a equação é única, faz-se uma média entre saneamento e água. O Sr. Luciano informa mais uma vez que o cronograma da PPP será apresentado em até seis meses e que será lançado também um aplicativo, a fim de que a comunidade tenha acesso às citadas informações. A Sra. Cláudia Caixete, Diretora de Mercado da CAGECE, esclarece que referida instituição trabalha com subsídios cruzados, aqueles financiados por consumidores de um determinado mercado, em prol de outro segmento a ser beneficiado. A oradora informa que o índice das perdas das águas estão em situação crítica, por causa das áreas de ocupação irregular, detalhando sobre demais situações que fragilizam a oferta de água em Fortaleza, discorrendo ainda sobre o processo de racionamento, observando setores e áreas de Fortaleza que estão tendo vazamentos e furtos, justificando suas colocações, destacando ainda que hoje a CAGECE trabalha beneficiando muitas famílias com a tarifa social, chamando a atenção de todos para o bem escasso que é a água. Ao final, a oradora discorre ainda sobre o percentual de clientes que abrem reclamações, afirmando ser um número pequeno. O Sr. Hugo, do DECON, contradita os números informados pela Sra. Cláudia, em relação ao índice de reclamação junto à CAGECE, dizendo que nos últimos anos esses dados são crescentes. A Sra. Cláudia novamente apresenta esclarecimentos sobre o assunto. O Sr. Presidente agradece a presença de todos e encerra a presente reunião às 17h30, em 05 de outubro de 2023, na sala das Comissões da Câmara Municipal de Fortaleza.

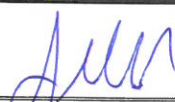
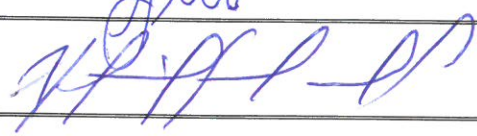
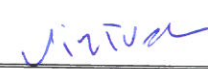
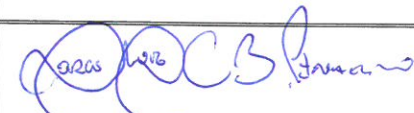



Presidente

**COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFERTADOS PELA ENEL, CAGECE E
OPERADORAS DE INTERNET**

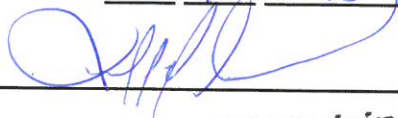
FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2023/2024

REUNIÃO DO DIA 05 / OUTUBRO / 2023 .

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LÚCIO BRUNO PRESIDENTE	PDT	
ADAIL JÚNIOR VICE-PRESIDENTE	PDT	
JÚLIO BRIZZI MEMBRO	PDT	
CLÁUDIA GOMES MEMBRO	PSDB	
TIA FRANCISCA MEMBRO	PL	
JORGE PINHEIRO MEMBRO	PSDB	
GABRIEL AGUIAR MEMBRO	PSOL	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 05 / 10 / 2023 .



Kallil Quirino
Coord. da Comissões Técnicas